



As estratégias de privatização da SABESP entre os anos de 1995-2002: elementos para uma reflexão do processo de financeirização da empresa e suas implicações territoriais.

Professor Ms. Gabriel Alexandre Gonçalves¹

Professor Dr. Marcelo D. Carvalhal²

Resumo

As expressões da privatização se apresentam entre a compra pelo setor privado do total de ativos e/ou aberturas de capitais de empresas públicas entrelaçadas à financeirização. O presente artigo busca compreender a abertura de capital da Companhia Estadual de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP), entre o período de 1995 e 2002, momento de políticas de “modernização” implementadas pelo Governo do Estado de São Paulo a par e passo com as políticas neoliberais do governo federal (governo de Fernando Henrique Cardoso). Este texto é uma reflexão desenvolvida a partir da dissertação de mestrado que concluímos em 2017, como também uma contribuição às análises sobre as territorializações das empresas públicas de saneamento com o capital privado (financeiro). Utilizamos os dados coletados nos relatórios administrativos, base de dados do Sistema Nacional do Saneamento (SNIS), Liquidez, Patrimônio Nominal dentre outros indicadores econômico-financeiros. Identificamos os arranjos de regionalização (*holding*), ou abertura do capital como estratégias para a apropriação do e controle da Sabesp pelo capital financeiro.

Palavras chaves: Crise estrutural, financeirização, privatização e neoliberalismo.

SABESP's privatization strategies between 1995-2002: reflections on the company's financialization process and its territorial implications

Examples of privatization range between the purchase by the private sector of total assets and/or capital openings of public companies intertwined with financialization. This article seeks to understand the Initial Public Offering (IPO) of the São Paulo State Basic

¹ Professor de ensino fundamental II da rede municipal de São Paulo, doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia na FCT/UNESP, membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), pesquisador do Núcleo Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos (NEPEDH) PUC-SP. Email: gabriel.a.goncalves@unesp.br

² Professor do departamento de Geografia UNESP, campus Ourinhos-SP, Membro pesquisador do grupo de pesquisa Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGET). Email: marcelo.carvalhal@unesp.br



Sanitation Company (SABESP), between 1995 and 2002, a time of “modernization” policies implemented by the São Paulo State Government hand in hand with the neoliberal policies of the federal government (government of Fernando Henrique Cardoso). This text is a reflection developed from a master's thesis, completed in 2017, and serves as a contribution to the analysis of the regionalization of public sanitation companies with private (financial) capital. The paper utilizes data collected in administrative reports, the database of the National Sanitation System (SNIS), Liquidity, Nominal Equity, and other economic and financial indicators. We also identify regionalization arrangements (holdings), or IPO as strategies for the appropriation of and control of Sabesp by financial capital.

Key words: Structural crisis, financialization, privatization and neoliberalism.

Introdução

O presente artigo busca compreender as estratégias e intentos de privatização da empresa de saneamento do Estado de São Paulo, Companhia Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), com o recorte para o período de 1995 a 2002. Mesmo não realizando seu objetivo, o governo do período (Mario Covas, 1994-2001) implementou ações, que definimos como estratégias de territorialização das políticas neoliberais e hegemonia do capital financeiro na empresa estadual de serviço de saneamento.

Vale ressaltar, que estamos posicionando todo esse movimento de financeirização da empresa SABESP consubstanciado pelo momento de crise do metabolismo societal do capital. Todavia, não é um contexto que apresentaremos doravante, mas as condições materiais que permitiram a expansão do capital financeiro, nessa última quadra do século XX e início do XXI, e dão substância a esse novo regime de acumulação, cujos traços: “mundialização de capital” (CHESNAIS, 1997) e “acumulação flexível” (HARVEY, 2009); permitem analisar suas mediações na territorialização no saneamento.

Na primeira parte, buscaremos as mediações históricas dessa nova fase do capitalismo sob a hegemonia neoliberal de base financeira, como reação à crise estrutural do capital e a necessidade de expansão para áreas não plenamente incluídas aos circuitos de acumulação, como no caso de serviços e empresas públicas. Na sequência as políticas de privatizações e flexibilização do controle estatal, com a entrada do capital financeiro no saneamento paulista, ainda mantendo o Estado presente como instrumento de viabilização da acumulação de base financeira, através do mercado de ações.



Para a análise dos dados da empresa, buscamos no site institucional da referida companhia, que inclui os documentos encaminhados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM)³ e os Relatórios Administrativos Financeiros (RAF's)⁴ disponibilizado para os acionistas, levantamos no Sistema Nacional de Saneamento (SNIS) os dados financeiros, que nos subsidiaram com indicadores para a sistematização e interpretação das ações. Dentre eles: Liquidez, Patrimônio Nominal dentre outros indicadores econômico-financeiros relevantes para compreensão das ações implementadas nas estratégias da empresa.

As análises nos trouxeram maiores mediações para compreender o cenário de 2002, no qual a empresa passou a fracionar o seu capital social: 51% para o Estado de São Paulo e 49% para o mercado de ações: 24,5% Bolsa de Mercados Futuros (BOVESPA) e 24,5% New York Stock Exchange (NYSE). Em 2021, distribuição do capital social da empresa está: 50,3% Governo do Estado de São Paulo, 14,06% NYSE, 35,1% B3 (Brasil Bolsa Balcão).

Transformação do regime de acumulação: a ofensiva e busca pela flexibilidade

Desde as décadas de 1970 o capitalismo passa por transformações em seu regime de acumulação, cujas raízes estão nas transformações do Fordismo/Taylorismo para a “*acumulação flexível*”, como nos apresentou Harvey (2009) em sua obra seminal: “Condição pós-moderna”. Ainda segundo o geógrafo, os elementos causais da superacumulação e a produtividade obrigaram ao capital a capacidade de repor sob o impulso da mundialização do capital, outras formas de manifestação da mercadoria. Assim, transferira o capital para a esfera financeira como alternativa para a retomada dos lucros, ocasionando uma retirada dos investimentos em capital fixo. A necessidade de manter seus ciclos de acumulação dependia da derrubada de barreiras, da capacidade de realocação dos investimentos em menos tempo e da rápida geração de lucro (mesmo que virtual ou fictício)⁵ para o Capital.

³<http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=investidoresnovo&pub=T&db=&docid=5CDC683DBFADE5E3832570DF00658A02&docidPai=AB82F8DBCD12AE488325768C0052105E&pai=filho1&filho=neto-1>

⁴<http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=investidoresnovo&pub=T&db=&docid=6DCF9E8E8803BD42832570DF0065BC85&docidPai=AB82F8DBCD12AE488325768C0052105E&pai=filho0&filho=neto-1>

⁵ O capital fictício é fruto da valorização especulativa, ocorrida na circulação de moedas à juros. Embora fictício, com uma quantidade de cobrança à juros é que qualquer quantidade em dinheiro gera ao seu



Os problemas com a rigidez dos investimentos de larga escala e longo prazo, foram superados nas décadas precedentes (1980-1990), com a capacidade de flexibilidade de planejamento. Nesse sentido, Hobsbawm (2012, p.394), afirma “[...] *embora a Era de Ouro acabasse em 1973-5 como alguma coisa bem semelhante a uma depressão bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas “economias de mercado desenvolvidas” em 10% [...]*”. Os instrumentos buscados foram através da flexibilização de gestão e desregulamentação, utilizando para isso políticas monetárias e sua capacidade de impressão de moeda no mercado, com fins de manter a economia estável (HARVEY, 2009). As taxas de lucro cada vez mais baixas e a redução de investimentos em capital fixo (produtivo), proporcionaram a onda inflacionária que arrastou em queda a expansão da economia capitalista do pós-guerra. As consequências se expressaram na redução de investimentos produtivos e o excesso de fundos (hipertrofia do sistema financeiro e moedas dos petrodólares), que levaram o mundo capitalista à um processo de “estagflação”.

Os Estados ocidentais, sem a capacidade de captar os excedentes para os grandes investimentos, característica do keynesianismo, passam a entrar em crise, nos anos de 1973-1975 e inícios dos anos 1981-1983 (HOBSBAWM, 2012). Harvey (2009) apresenta que a recessão de 1973 e seus processos causais, adicionados aos choques do Petróleo, solaparam o compromisso fordista: “Evidentemente retirar o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços)” (HARVEY, 2009, p.140).

Com o aumento da inflação, ascensão do desemprego, aumento dos gastos públicos e, principalmente, redução da lucratividade entra em declínio o paradigma taylorista/fordista. As conjunções desses elementos corroeram as bases desse padrão de acumulação e produção da riqueza.

A combinação de recessão com o choque do petróleo solapou o Estado de bem-estar social (*Welfare State*), oriundo das políticas keynesianas, como também as conquistas atingidas no período anterior sofreram um arrefecimento pela ofensiva do capital, cuja expressão política é o Neoliberalismo (ANDERSON, 2012; e ALVES, 2009), que desarranjou a correlação de forças entre capital e trabalho, além do redirecionamento político e social de novas ações do Estado e governos para se adequar a um novo regime de acumulação, diferente do fordista/taylorista.

Nessa nova fase do capitalismo mundial o movimento incessante do capital adquiriu novas formas de ser: “Mundialização do capital” (Chesnais, 1996), e “Acumulação Flexível” (Harvey, 2009). Essas novas formas são consequência de sua constante autovalorização, ou valorização do

proprietário mais dinheiro. Neste caso, como nos apresenta CARCANHOLO (2012), o dinheiro é convertido em capital a juros, o rendimento que é visto como uma receita e interage no mercado. Embora fictício, sua fonte é derivada dos ativos da empresa, tendo dessa maneira uma base material. No entanto, esta se descola ao longo da especulação nos mercados e nas bolsas de valores, nos mercados de ações.



valor, que beneficiada pelos avanços tecnológicos, e o fluxo constante da mercadoria dinheiro no mundo, necessários para as ações de flexibilização das taxas de câmbio e desregulações de moedas, propiciaram a expansão do capital a cada parte do mundo e com altas capacidades de ora ser investido em capital fixo, ora se retirado desse processo e tornando-se investimentos em crédito valorizado a juros. Essa alta plasticidade do capital em escala planetária transcendeu as fronteiras nacionais, como oscilações econômicas, sociais e políticas.

Com isso, a nova condição de existência do capital desdobrou-se ao final da década de 1970, com um mundo em constante transformação e crise. Segundo Perry Anderson (2012), a Sociedade de Mont Pélerin⁶ identificou algumas ações frente à crise, tais como: manter o Estado forte na capacidade de romper a força dos sindicatos; controlar os ajustes monetários; diminuir os gastos sociais; manter as intervenções estatais mínimas e/ou inexistentes todas as ações deveriam estar legitimadas pelas metas orçamentárias dos países com contenções de gastos.

As preocupações dessas medidas dariam a retomada de crescimento das taxas de lucro e o fim dos processos inflacionários, tendo taxas que caíram de 8,8% para 5,2% entre as décadas de 1970 e 1980. As taxas de lucros no mundo em sua retomada, nos países da Organização e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante os anos 1970 tiveram a queda de 4,2%, nos anos 80 aumentou em 4,7%, ainda segundo Anderson (2012). O quadro se mostrou uma sombra decepcionante das taxas de crescimento almejadas, buscando chegar aos patamares de 1950 e 1960. Isso se deve, “a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relações a níveis-já médios- dos anos 70” (ANDERSON, 2012, p.16).

Embora a retomada das taxas de lucros ocorresse, estas não se converteram em investimentos, as políticas de desregulamentações financeiras, favoreceram mais ao capital especulativo do que o capital produtivo, uma vez que as Taxas de juros aumentaram, canalizando investimentos em fundos de pensões ou crédito (caracterizando o rentismo) para empréstimos cotados em dólar.

Tal situação que culminaria, em 1999, dois anos após a crise asiática, nas taxas de juros altas e na desvalorização cambial brasileira, a partir da flexibilização do câmbio, componentes para a ampliação das dívidas das empresas públicas, as quais buscavam aportes de empréstimos

6 A Sociedade de Mont Pélerin constituída por intelectuais críticos às intervenções estatais e adeptos ao livre mercado. Esse fórum congregou as reações políticas e teóricas contidas nas ideias de Friedrich Hayek, em 1947, dentre outros como: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi. Organizadas ao entorno da teoria Neoliberal que se pôs a combater o Keynesianismo no mundo, e constituir as bases para um novo capitalismo regido pela “mão invisível” do mercado.



estrangeiros. Câmbio flexível, altas taxas de juros e desvalorização das moedas nacionais combinaram como fatores adequados e consequência das ações do Estado frente às necessidades do regime de acumulação financeirizado, cuja forma é hermética à expansão do rentismo e do capital fictício.

O capitalismo desde o final do século XX e início do XXI apresenta com sua característica de sua acumulação mais flexível e em constante fluxos financeiros que grassam por todo o globo. Segundo Chesnais (1996): “[...] a mundialização deve ser pensada como a fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”(CHESNAIS, 1996, p.32). Com isso, redefinindo as ações do Estado, ou vinculados à flexibilização, desregulamentação. Em algumas situações como parceiros estratégicos, em políticas para a expansão da financeirização.

Avanços e recuos do modelo de privatização: a entrada do Capital Financeiro na Sabesp.

As ofensivas neoliberais, ao longo dos anos 1980-1990, tiveram como metas e tarefa pelo ponto de vista do capital ampliar pela via política as privatizações e desregulamentar os mercados e Estados. A empresa de saneamento, como em nosso foco de estudo, a Companhia estadual de saneamento de São Paulo, SABESP, embora não tenha sido totalmente privatizada, tem parte do capital social, misto, ou seja, 51% controlado pelo Governo estadual, e 49% nas bolsas de valores (Bovespa e New York Stock Exchange-NYSE) alinhado à expansão do capital. Por meio das privatizações de empresas estatais de saneamento, os alvos, como afirma Swyngedouw (2004, p.01):

[...] a água se tornou uma das áreas centrais de teste para a implementação de políticas neoliberais globais e nacionais. A privatização da produção e distribuição de serviços de saneamento, particularmente os sistemas urbanos de abastecimento de água, se tornou uma arena importante em que empresas capitalistas globais operam em busca de crescimento econômico e lucro. (SWYNGEDOUW,2004, p.1)

A SABESP desde os anos 1990 foi alvo de reestruturações e reformulações de sua estrutura organizativa e do controle acionário. A primeira, foi em 1995, no bojo das desestatizações, cuja política do governador do PSDB, Mario Covas, proporcionou as condições necessárias para a reestruturação da empresa, organizando-a em Unidades de Negócios, pré-condição para transformação da Sabesp em uma *holding*. Já em 1998, a abertura de capital para



os mercados de ações, o qual obteve a divisão do controle acionário em: 85,43% para o Governo do Estado de São Paulo, 3,03% DAEE/SP, 11,54% para a negociação de outros acionistas via Bovespa⁷. Outro momento de reestruturação se apresenta na retomada de abertura de capital, reduzindo a participação do Estado e ampliando para o setor de Mercados Futuros Bovespa e *New York Exchange*, em 2002, 51% para o Estado de São Paulo, 49% que se dividiria em 24,5% Bovespa de Mercados Futuros e 24,5% New York Stock Exchange.

Assim, em sete anos a companhia paulista de saneamento recebera 3 intentos de políticas de flexibilização, descentralização, emissão de debêntures e abertura de capitais, o que identificamos em estudos anteriores como sendo táticas de privatização e de políticas neoliberais (GONÇALVES, 2017), que visaram a implementação de atores privados na gestão da empresa estadual de saneamento, com objetivo estratégico de valorização de valor acionário e não para a ampliação de investimentos em infraestrutura operacional.

As políticas neoliberais passaram no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a agudizar nas políticas de privatização, financiando e abrindo a possibilidade de consórcios, empresas e bancos para viabilizar as agendas privatistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Vale ressaltar, que em janeiro de 1999 ocorreu a desvalorização cambial, em que o regime de câmbio deixa de ser fixo e passa a ser flexível. Com isso, o real mais desvalorizado no mercado mundial, ao passo que o dólar mais valorização, permitiu que os contratos e dívidas cotadas em dólar viabilizassem ganhos maiores, uma vez que as taxas de juros das dívidas públicas (ou mesmo da companhia paulista) aumentassem. Configurando em mais medidas do Estado para a flexibilização monetária: ganhos em juros cotados em dólar, investimento na própria moeda; mais uma vez deixando a marca de ações governamentais neoliberais.

Boa parte das dívidas externas brasileiras eram cotadas em dólar o que permitira uma oscilação nos valores a serem quitados. As medidas de sanar essa insolvência acarretaram na venda de empresas estatais como fomentos de caixas para arcar com as dívidas externas. Nesse bojo, se pautara nas justificativas à privatização, no debate público com o déficit de atendimento do serviço, a sua universalização, cujo diagnóstico se estabelecia pela falta de fontes e investimentos ao setor. Todavia, as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso,

⁷ O capital social subscrito e integralizado da companhia, em 31 de dezembro de 1999, era de R\$ 3,4 bilhões, dividido em 28,4 bilhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas: · Fazenda do Estado de São Paulo: 85,43 % · DAEE do Estado de São Paulo: 3,03 % · Outros acionistas: 11,54 % (SABESP, 1999, p. 11)



propiciaram uma redução de fontes de financiamentos, o que rebatiam na ampliação da precariedade dos serviços, advindos da asfixia das fontes de financiamento:

Mas, para permitir a privatização estabeleceu uma tática de —asfíxia dos serviços públicos. Em 1998, com a resolução nº2521 do Conselho Monetário Nacional, vetaram os aportes a novos financiamentos à órgãos públicos junto ao FGTS, mesmo comprovada a capacidade e seguridade dos investimentos financeiros. Ao passo que, um ano antes, aprovou a criação do Programa de Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento (FCP/SAN), redirecionando os investimentos a iniciativa privada. Ficavam os fundos para o capital privado a capacidade de três fontes de financiamento: 1) recursos do BIRD e o BNDES, viabilizando a organização das concessões privadas ou privatização dos serviços de saneamento; 2) recursos do BNDES para financiamento das empresas ganhadoras da licitação (advindos do FAT); 3) recursos das tarifas pelos serviços garantidos. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p. 41)

O governo de FHC atuou em reduzir as possibilidades de aportes do FGTS, histórica no financiamento em infraestrutura, e a caracterização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em financiar a aquisição de empresas estatais, como também em não investir em fundos para o saneamento, com recursos públicos, comprometendo ainda mais a capacidade de financiamento das empresas públicas de saneamento. A política adotada caracteriza-se como de natureza, neoliberal, alinhadas aos modelos propostos pelo Banco Mundial.

Por conta da resistência organizada da sociedade civil como sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores da Água e Esgoto e Meio Ambiente (SINTAEMA) e Associação dos Serviços Municipais de Água e Esgoto (ASSEMAE), conseguiu barrar as tentativas de privatização total da empresa (venda de todos os ativos) do plano de desestatização do Governo do Estado de São Paulo em consonância com o Governo Federal. Assim aproveitando de sua característica jurídica de ser de economia mista, desde sua fundação, permitiria que atuassem por outra maneira a entrada do capital privado na SABESP:

As empresas de economia mista, geralmente sociedade anônimas, podem se constituir em arranjos de consenso nas etapas iniciais de programas de privatização, quando ocorrem resistências políticas ou

culturais à transferência total do controle de sistemas de água e esgoto para entidades privadas. (HESPANHOL, 2015, p.314).

Além da resistência do sindicato e das organizações sociais (ASSEMAE e movimentos sociais) conseguiu angariar respaldo na sociedade contrária à privatização, por outro lado, a privatização total dos ativos era obstada por conta dos compromissos contratuais dos serviços prestados aos municípios. Caso ocorresse a venda total, os municípios que tinham a prestação dos serviços pela Sabesp poderiam rescindir o contrato e iniciar um novo processo de concessão. Isso impossibilitava a venda total da companhia.

Em nosso estudo de mestrado (GONÇALVES, 2017), identificamos uma maneira de entrada dos capitais privados a partir das dívidas, como segue abaixo.

Com as oscilações do mercado mundial e suas taxas de juros flutuantes as empresas estaduais afetadas nesse período por conta de suas dívidas, também oscilantes de empréstimos estrangeiros. Na segunda metade para o final dos anos 1990, governo FHC, as ações de flexibilização cambial e aumento da taxa de juros comprometera as receitas operacionais das empresas estaduais em dívidas (como apresentado na tabela 1).

Tabela 1. Evolução Financeira das empresas estaduais entre 1995-2001 (R\$).

| | Despesas com Exploração (DEX) | Serviço da Dívida (SD) | Receita Operacional Total (ROT) | Margem (DEX+SD/ROT *%)(%) | Excedente |
|-------------|--------------------------------------|-------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------|------------------|
| 1995 | 3.791.595.676,00 | 880.620.639,00 | 5.388.619.975,00 | 86,71 | 716.403.660,00 |
| 1996 | 4.554.042.847,54 | 567.692.679,90 | 6.717.328.774,49 | 76,25 | 1.595.593.247,05 |
| 1997 | 5.135.221.086,61 | 736.167.610,88 | 7.999.877.056,50 | 73,39 | 2.128.488.359,01 |
| 1998 | 5.121.086.745,86 | 376.502.168,55 | 8.517.501.208,98 | 64,54 | 3.019.912.294,57 |
| 1999 | 4.997.104.947,22 | 522.710.639,79 | 8.725.859.229,14 | 63,26 | 3.206.043.642,13 |
| 2000 | 5.402.495.686,09 | 1.523.159.087,10 | 9.224.775.077,84 | 75,08 | 2.299.120.304,65 |
| 2001 | 6.025.415.347,86 | 749.917.611,24 | 9.799.054.238,99 | 69,14 | 3.023.721.279,89 |

Fonte: Diagnóstico, 1995 a 2001, SNIS.

A partir de 1995 o endividamento da empresa por conta da crise fiscal comprometeu a receitas em 86,71% para pagamento de Despesas de Exploração e Serviços da dívida (Tabela 1),



apresentando um excedente em patamares mais baixos que os próximos cinco anos (1995-2001). O aumento desse percentual deve-se pelas flutuações do dólar no período, esta oneração se refletia nos empréstimos captados nessa moeda. Outro dado importante é que em 1999 as taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) bateram as médias diárias de 44,95% (março/1999) a 41,96% (abril/1999), segundo os dados do Banco Central do Brasil⁸, além da desvalorização cambial do período, que, com isso, os serviços de amortização da dívida saltaram 3 vezes a dívida anterior, de R\$ 522 milhões, para R\$ 1,5 bilhão.

É válido salientar que o setor iria sentir os efeitos da falta de investimentos decorrentes da política fiscal adotada. Os déficits da Sabesp se mostrariam (Tabela 2), ao examinar os dados do período, as receitas operacionais⁹ da empresa, ou seja, o que fora faturado nas atividades fins (SNIS,2015), no exercício de 1995 era de R\$ 2.044.982.000,00, sendo os valores de Despesas de exploração (DEX), que acompanha todas as atividades de tratamento de água e esgoto¹⁰, R\$ 1.993.468.000,00; em um cálculo para compreender o lucro buscado pelo exercício do ano seria de R\$ 51.514.000,00. Todavia, se buscarmos a arrecadação do mesmo ano (R\$ 1.755.607.000,00), temos que em caixa a empresa (a subtração das despesas de exploração com a arrecadação) teve: -R\$ 237.861.000,00. Isto é, em caixa a companhia teria um saldo negativo.

Tabela 2. Receitas operacionais, Arrecadação e despesas em caixa, 1995-1998.

| Ano | Receitas operacionais | Arrecadação total | valores a receber | Despesas com os serviços | Despesas em caixa. (Arrecad.-Desp. Com serviços) |
|------|-----------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------------------------|
| | R\$/ano | R\$/ano | R\$/ano | R\$/ano | R\$/ano |
| 1995 | 2.044.982.000 | 1.755.607.000 | 289.375.000 | 1.993.468.000 | -237.861.000 |

⁸ Acessado em 11/11/2020: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

⁹ **RECEITA OPERACIONAL TOTAL (DIRETA + INDIRETA)** Valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços. Resultado da soma da Receita Operacional Direta (Água (FN002), Esgoto (FN003), Água Exportada (FN007) e Esgoto Importado (FN038)) e da Receita Operacional Indireta (FN004).

¹⁰ **DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX):** Valor anual das despesas realizadas para a exploração dos serviços, compreendendo Despesas com Pessoal, Produtos Químicos, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros, Água Importada, Esgoto Exportado, Despesas Fiscais ou Tributárias computadas na DEX, além de Outras Despesas de Exploração (FN027). (GLOSSÁRIO SNIS, 2015, p.22)



| | | | | | |
|------|---------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| 1997 | 2.976.717.718 | 2.583.438.346 | 393.279.372 | 2.361.770.865 | 221.667.481 |
| 1998 | 3.183.960.575 | 2.854.018.578 | 329.941.997 | 2.326.593.983 | 527.424.595 |

Fonte: Diagnóstico SNIS, 2016.

No entanto, a diferença do que foi faturado (R\$ 2,04 bilhões) pela arrecadação indica montantes a receber, tornando-se futuros “créditos a receber”. Para fixar no ano de 1995, a diferença entre a receita operacional e o que foi arrecadado de fato, ainda faltaria R\$ 289.375.000,00 para completar os valores faturados dos R\$ 2,04 bilhões. Segundo o relatório financeiro (SABESP, 2002), a empresa captou R\$ 496 milhões em notas promissórias registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os endividamentos conduziram as metas de atendimento do serviço a população mais aquém do que se planejava. Por conta disso, o Banco Mundial, o Bird e o FMI realizaram empréstimos a governos, por meio de crédito, que com o passar do tempo, reduziram ainda mais a possibilidade de autofinanciamento das companhias estaduais de saneamento e esgoto. A solução para essa falta de liquidez das empresas, mostra-se com os pacotes das agências internacionais de privatizações de parte dos setores públicos, considerados deficitários, como medidas condicionantes de empréstimos futuros.

Outra alternativa sugerida é que a abertura de capital garantiria à empresa a possibilidade de estabelecer dinheiro em caixa, ou seja, a possibilidade de colher no capital financeiro dinheiro para retomar seus lucros e rentabilidade, ou a emissão de títulos de dívidas (debêntures). Estes são títulos para a obtenção de recursos por meio de créditos, em que o comprador dessas ações se vê atraído pelo pagamento a juros que incidem, sendo esse a parcela do capital portador de juros (CARCANHOLO, 2012). A emissão desses papéis depende da autorização e capacidade da empresa de endividar-se mediante a autorização do conselho e, também, do seu maior acionista: o Estado.

Com isso, empresas como a Sabesp passam a emitir debêntures ao mercado de ações. Em seu relatório de sustentabilidade (SABESP, 2002) encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) identifica a captação de debêntures, para sanar a política de endividamento pautada a partir de 1999 (ver Gráfico 1).

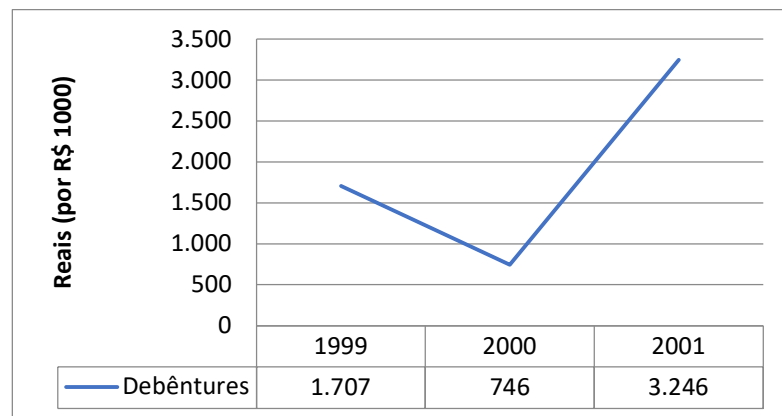
Nestas transações, como apresenta o relatório de sustentabilidade de 2002 (SABESP, 2002), foi captado o montante de R\$ 400 milhões, sendo 40.000 debêntures com valor de R\$ 10 mil cada. A emissão realizada em duas séries: a primeira de 31.372 debêntures com o “*spread*”



de 1,85% adicionados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI¹¹); e a segunda referente em juros de 13,25% ao ano mais o IGP-M¹² do ano; esses montantes pagos à curto prazo, março de 2007.

Isso permitiu que as dívidas da empresa metamorfoseassem em ações (debêntures) e retornos financeiros (rentismo). A seguridade dessa transação se faz por conta do maior acionista o Estado de São Paulo, que propicia maior garantia aos investidores que adquirirem essas ações e aos lucros adquiridos por *spread* bancário (capital portador de juros). Podemos dizer que a empresa – parcialmente privatizada – se beneficia da condição de ainda manter-se como empresa estatal.

Gráfico 1. Valor das Debêntures emitidas pela Sabesp, 1999 à 2001(R\$ x 1000).



Fonte: Relatório de Sustentabilidade SABESP, 2001, p.5

Além das ações lançadas como debêntures ocorreu a movimentação de vendas de porcentagens das ações ordinárias, essas atribuiriam ao seu possuidor o direito de vaga e decisão dentro do conselho da empresa, assim, esses acionistas influenciariam nas estratégias de negócios, tanto para o capital produtivo, quanto para o financeiro.

Em 2002, as ações inscritas na Bovespa eram de 71,54% sob o controle do Estado. Embora os 28,46% das ações, ainda que pulverizadas nos mercados futuros, não permitiam ao grupo de acionistas o poder de acento no conselho administrativo, e conseqüentemente, controle e voto sobre a empresa. No mesmo ano, o Governo do Estado de São Paulo apresenta na Assembleia Legislativa de São Paulo o Projeto de Lei nº 410/02, o qual abriria a possibilidade de

¹¹ CDI Certificado de Depósito Interfinanceiro: Título emitido por instituições financeiras com objetivo de captar recursos de outras instituições financeiras. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/glossario/c/cdi.html?dir=/glossario/c/&letra=C>

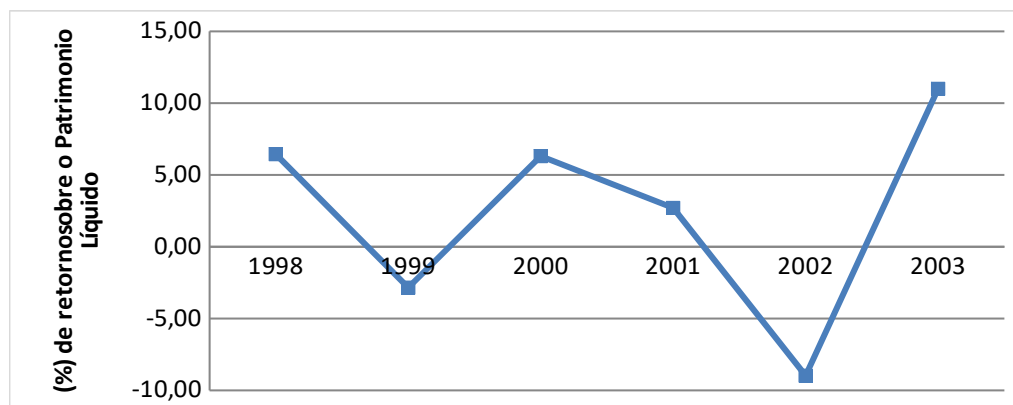
¹² IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado: calculado pela FGV, esse índice origina-se de média ponderada de índices que medem a inflação dos preços ao atacado, ao consumidor e da construção civil [respectivamente, o IPA-M (60%), do IPC-M (30%) e do INCC-M (10%)]. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/glossario/c/cdi.html>



reduzir as ações em posse do governo estadual. Neste projeto de Lei previa-se a venda do excedente a 50%+1 do capital acionário da empresa, ou seja, 49% das ações seriam vendidas. Com a porcentagem acima de 20% das ações, estatutariamente os investidores teriam a capacidade de voto e veto. O que se marca é um avanço dentro do território da empresa, que significaria aos acionistas a capacidade de condução da empresa para a efetivação de seus negócios e finalidades, ou seja, transformá-la em repositora de seus lucros.

Com o potencial de maior valorização de seu capital social, ou patrimonial; a empresa tende a ser atrativa pelas suas possibilidades de lucratividade. Ao inferir os cálculos de retorno sobre o patrimônio poderemos notar a capacidade da empresa em indicar seu grau de rentabilidade de recursos aplicados pelos acionistas da companhia (Gráfico 2). Com exceção dos períodos de períodos de crise (1998-2002 crise dos tigres asiáticos), os percentuais se apresentaram 5% à 10%, e após 2002 com uma subida para cima de 11%. Ou seja, a capacidade de lucro que uma empresa gera para cada investimento feito pelos acionistas. Apesar de uma queda lucros, a Sabesp obteve seu patrimônio valorizado, o que reforça a rentabilidade garantida da companhia.

Gráfico 1. Retorno sobre Patrimônio Líquido para os investidores da Sabesp, entre 1998 à 2003.



Fonte: SNIS, 20016

Mesmo com o retorno em ativos em baixa, devido à crise de 2001. Esta possibilitou a desvalorização da moeda e uma alta das taxas de juros. Boa parte das dívidas angariadas pela Sabesp, ao longo dos anos 1990 eram cotadas em dólar, com isso em 2001 e 2002, auge da crise, a empresa teve o seu maior volume de dinheiro destinados aos Passivos circulantes¹³ que

13 PASSIVO CIRCULANTE: Valor anual das obrigações no exercício subsequente, referente a empréstimos e financiamentos, empreiteiros e fornecedores, tributos e contribuições sociais, cauções a restituir, provisões e outros.

Unidade: 1.000 R\$/ano. (GLOSSÁRIO, SNIS, 2014, p.37)

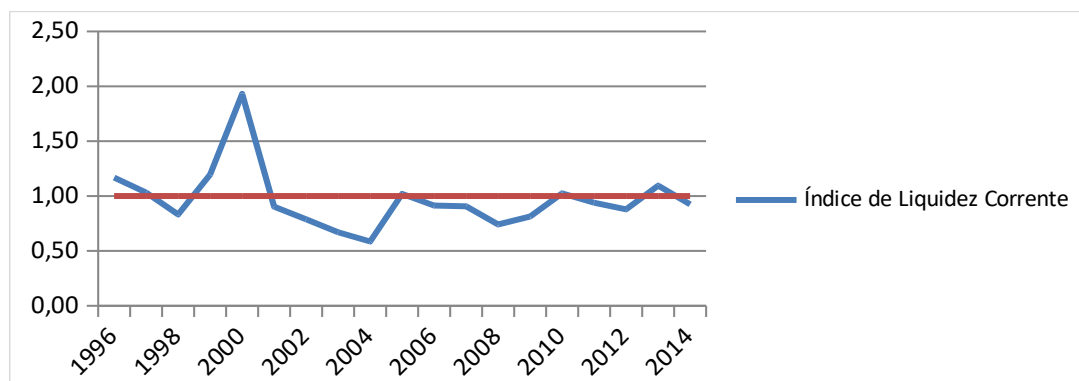


dobraram. Segundo os dados do SNIS, em 2000 a empresa tinha R\$ 789,5 milhões, passando para 2001 com R\$ 1,518 bilhões, e em 2002 R\$ 2,02 bilhões. Este, segundo o relatório CVM da Sabesp, de 2002, a justificativa teria seus atenuantes não na desvalorização do real, mas pela diminuição do volume de água faturado. Todavia, o pouco faturamento ainda não arrastaria, ou duplicaria seus passivos em pouco mais de dois anos.

O aumento do passivo circulante a capacidade da empresa em receber e pagar, a curto prazo se faz interessante e rápida na geração de caixa e pagamento de dívidas. No mesmo período é identificada pelo indicador de Liquidez Corrente, este obtido pela razão entre o ativo circulante¹⁴ e o passivo circulante, a variação dele é 'preterida que seja acima do índice 1, na qual representa a capacidade da empresa em receber e pagar à curto prazo. Se o índice estiver abaixo de 1, a empresa pode obter dificuldades para pagar suas obrigações.

Na Sabesp, para melhor termos uma dimensão das variações desse indicador podemos focá-lo em uma série histórica de 19 anos. Embora, focados nos anos de 2001 e 2002, vemos que ao sair dos anos 1990 e início de 2000 a companhia paulista conseguia ter índices acima de 1. As quedas a partir dos anos de 2001 e 2002 são provenientes dos impactos da oscilação do dólar e, consequente desvalorização do real, uma vez que os financiamentos e empréstimos da Sabesp são em dólar.

Gráfico 2. Índice de Liquidez corrente da Sabesp, entre os anos de 1996 a 2014 (ind.)



Fonte: SNIS, 2016.

Se após a crise de 1997 a empresa logra recuperação no ano seguinte (1998 e 1999), o mesmo não acontece com a crise de 2001. A companhia volta a ter sua recuperação somente em

14 ATIVO CIRCULANTE: Valor anual das disponibilidades, contas a receber, depósitos judiciais, almoxarifado de operação, impostos a recuperar e outros créditos a receber. **Unidade:** 1.000 R\$/ano. (GLOSSÁRIO, SNIS, 2014, p.37)



2004 e com tímidos 1,02 de índice; chegando a 2006 e 2008, em uma tendência baixa de recuperação até 2010, com índice de 1,02. Ainda sim, mostrando-se capaz de arcar com suas dívidas a curto prazo. Em 1999, apesar do prejuízo de R\$ 235 milhões e, em 2000, se recuperou com o lucro de R\$ 521 milhões, chegando a 2002 com R\$ 650 milhões.

Apesar da recuperação do lucro, em 2002, ainda que em patamares abaixo dos anos anteriores, a empresa passa por um aumento substancial de suas receitas o que não justificaria o lançamento das ações aos Novos Mercados Bovespa. No entanto, com a desvalorização do real, a dívida em 2002 dobrou para 16%, seguindo um aumento de 6,5% em 2000 e 8,5% em 2001. É com esse cenário que a PL 410/2003 retoma a luta pela venda das ações da empresa. É por essa via que entendemos o novo intento do capital financeiro em coalizão com o Governo do Estado de São Paulo em vender as ações.

Ao entrar para o “Novos Mercados” da Bolsa de valores de São Paulo, em abril de 2002, o capital social da Sabesp, negociado para as bolsas deveriam se partimentalizar na emissão de ações ordinárias com direito a voto. É nesse sentido, como apresenta a venda de 50% +1 das ações. O Projeto de Lei passa parte das ações da empresa ao governo do Estado de 51% e 49% divididos 24,5% para a Bovespa e 24,5% para NYSE. Para as ações em *New York Stock Exchange* (NYSE), foram lançadas na forma de ADR's (*American Depository Receipts*) sendo estas lastreadas com as ações negociadas na Bovespa (ADS -*American Depository Share*).

A possibilidade de apropriação do capital produtivo pelo capital fictício é expressa pelas duas movimentações ocorridas na companhia de saneamento paulista: debêntures e dividendos. Se por um lado a primeira rende juros a partir de alavancagem de dívidas, o capital portador de juros se metamorfoseando em capital fictício no momento do lançamento das rendas fixas (debêntures) na bolsa. Já pelos dividendos, compõem a parcela da divisão dos lucros da empresa apropriada pelo setor especulativo, por conta de sua posse acima de 20% do capital social da empresa advêm também a capacidade de mando (ações ordinárias). Em ambas modalidades temos o frutificar e as raízes da formação do capital fictício.

A financeirização da Sabesp está em consonância com a movimentação dos capitais privados em encontrar novos negócios para a sua valorização (fetichizada-capital fictício), de capital de crédito (capital portador de juros). Embora essas formas de capital, *sui generis*, autovalorizam-se nos mercados financeiros das bolsas, e tenham uma aparente independência da produção, contrariamente não estão longe dela. Pois, os dinheiros creditícios base determinante do capital autonomizado (portador de juros e fictício) são determinados pela contradição básica da forma dinheiro, como apresentado por Marx n' *O Capital*: medidas de valor e meios de circulação e desenvolvidas nas análises de Harvey (2013).



As contradições dessas duas determinações do dinheiro, necessitam antes da capacidade de circular, obter a representação dos valores “reais” da mercadoria, vinculados à produção. Isso, por sua vez, em manter a qualidade do dinheiro, ou seja, seu lastreamento, uma vez que é sempre suspeita a qualidade de seu dinheiro em expressar as medidas do valor (HARVEY, 2013). Assim, a necessidade de lastrear a fantasmagoria da valorização via especulação, depende da fonte que permite a origem da forma capital portador de juros e fictício. Nesse intento, a SABESP, como apresentado acima, expressa uma empresa sob domínio majoritário do Estado de São Paulo, capacidade de geração contínua de caixa, o que conseqüentemente resguarda a confiabilidade dos “papéis” registrados pela a empresa. Com isso, permitiu a geração, no dizer de Marx: “[...] *uma mercadoria sui generis. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria.*” (MARX, 2017, p.386), a forma mais fetichizada de capital.

Considerações finais

É importante reconhecer os avanços do capital privado em setores públicos como o saneamento a partir da crise de acumulação do capital. Neste bojo que a expansão do capital financeiro (rentista e/ou capital fictício) são expressões da crise estrutural, a qual fecundou o aumento da geração de riqueza financeirizada em detrimento dos investimentos produtivos e em capital fixo. A Mundialização das finanças, são a partir da flexibilização: leis, investimentos, desindexação cambial (câmbio flutuante).

A oferta de ações ocorrida em 2002, ainda que parcialmente vendidas, e 51% mantidas sob o controle do Estado de São Paulo, revelam o interesse na maior empresa de saneamento do Brasil e a expressão de um modelo de “privatização” mais coerente às condições políticas impostas pela luta de classe naquele período (sindicatos, movimentos da sociedade civil e o Governo do Estado de São Paulo) alcançada pelo capital. Assim, em ações privatistas cuja estratégia do capital financeiro, em que no período conjuntural permitira que da organização das dívidas se movimentasse para a captação de financiamentos e abertura de capital como alternativa, para acessar ao controle, desses sete anos, maior participação do conselho administrativo.

As aquisições de ações de ordinárias (de controle no conselho administrativo) pelo setor financeiro manejam para seus objetivos, em novos mercados, negócios com seguridade (um público cativo atendido), flexibilidade (mobilidade de alocação e lançamento de ações) e apropriação de setores do saneamento básico. A necessidade de transformar a água em recurso para a acumulação capitalista vem tomando corpo e debate na entrada do século XXI e o caso da SABESP é representativo dos meandros do papel do Estado à privatização, a qual a possibilidade política, do Estado e na governança do PSDB (claramente defensor de políticas de cariz privatistas



e mercantilista), garantiram as condições para o fortalecimento da empresa ao sabor das necessidades do capital financeiro.

Os aspectos da privatização poderíamos adensar com o papel do Estado em arranjos para a garantia dos negócios do capital privado. Haja visto, em 2020, mesmo com questões suscitadas pela pandemia de COVID-19, não obstaram para a votação do novo marco legal para o saneamento: Lei nº 14.026/20 que trouxe ajustes como: separação e vendas de outorgas, privatização da empresa junto ao contrato de serviços etc. e permitindo, segundo os estudos do Senador Tassio Jerensati (PSDB), a seguridade de investimentos:

Interessante notar também que as empresas de saneamento com ações na bolsa de valores são negociadas com desconto substancial em relação às empresas, por exemplo, do setor elétrico de distribuição. A principal razão para isso é a ausência de um marco legal que incentive investimentos, principalmente os privados, e falta de regulação referenciada nacionalmente, o que está sendo resolvido pelo Projeto de Lei 4.162, de 2019, em apreciação. A aprovação do novo marco regulatório, assim, cria ambiente de maior segurança jurídica, produzindo a valorização das participações acionárias dos Estados controladores nas respectivas empresas estaduais. (PARECER, Nº71, 2020, p.12, grifo do relator).

Se nos anos de 1990 a privatização total dos ativos da Sabesp se obstava, além da luta política, as questões que envolviam a quebra de contratos de serviços; com o novo marco regulatório não se apresenta mais como obstáculo. Pois, os contratos com os municípios entram no processo de privatização juntamente com a empresa. Assegurando da não rescisão dos municípios, somente, em caso de alteração de metas/objetivos dos serviços e forma de atendimento, já previsto no contrato anterior, possibilitando segurança a quem compra ou adquirir parcelas das ações.

Mesmo garantido na constituição o poder de conceder os serviços à cargo dos municípios, o novo marco legal prevê a criação de Unidades de Regionalização de Água e Esgoto (URAE¹⁵). Nelas cabe ao Estado da federação em estabelecer os blocos de municípios que formarão uma região para os serviços de saneamento, sendo indicado pelo texto a incorporação nas Regiões

¹⁵ Para cumprir essa exigência da Lei 14.026/2020, em 21 de abril de 2021 o Governo do Estado de São Paulo enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) o Projeto de Lei (PL) 251, que “dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, com fundamento nos artigos 2º, inciso XIV, e 3º, inciso VI, alínea “b”, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e dá providências correlatas”. O PL tramita indevidamente em regime de urgência com somente três dias para recebimento de propostas de alteração, sendo objeto de 22 emendas e um substitutivo. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2021/05/Nota-Regionaliza%C3%A7%C3%A3o-SP.pdf>



Metropolitanas já estabelecidas. No entanto, muitos municípios têm poucas infraestruturas e, assim, necessitam de maiores investimentos, ao contrário dos com predominância regional, os quais já permitem maiores infraestruturas (já amortizadas) e consumidores conectados às redes de abastecimento e esgotamento sanitário. Esse arranjo espacial permitiria maior procura pelos municípios maiores e lateralizada a escolha dos menores, bem como os investimentos se destinariam para as cidades com maior demanda, causando, dessa maneira, mais desigualdade nos serviços; mas permitindo a mescla nos URAE de municípios rentáveis.

Ainda segundo o relator¹⁶, o setor do saneamento têm o interesse de investimentos, pois a demanda permite a alta resiliência de gerar receita, mesmo em momentos de crise; um vasto mercado a ser desenvolvido (104 milhões de pessoas sem coleta de esgoto e 35 milhões de brasileiros sem acesso a água; e disponibilidade de dinheiro barato, ou seja, capacidade de busca de dinheiro de crédito e financiamento em virtude dessas características.

Portanto, as formas de inserção dos capitais privados, mesmo as mais atuais como vimos brevemente com a reforma da lei do saneamento, comportam modelos de arranjos e estratégias espaciais para obter o controle da gestão das empresas públicas ou da própria política em continuar por expandir ainda mais seus negócios em busca de maiores fontes de lucros e valorizações. Para esse modelo em que a água se torna um grande negócio em detrimento do direito universal a todos.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital. Nova degradação do trabalho na Era da Globalização.** Londrina: Praxis, 1999

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. *In*: GENTILI, P.; SADER, E. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência. Vol.1.** 1 ,ed.— São Paulo : Expressão Popular, 2011.

_____, Reinaldo. **Capital: essência e aparência. Vol.2.** 1 ,ed.— São Paulo : Expressão Popular, 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁶ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8125482&ts=1593115149368&disposition=inline>



COSTA, André Monteiro. **Avaliação da Política Nacional de Saneamento, Brasil – 1996/2000**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2003.

GONÇALVES, Gabriel Alexandre. A territorialização do uso e controle da água a partir da abertura à participação do capital privado na SABESP. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) . São Paulo, 2017.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2013.

HESPANHOL, Ivanildo. **Água e Saneamento básico**. In REBOUÇAS, Aldo C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 2 Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2015

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **PANORAMA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL Elementos conceituais para o saneamento básico. Volume 05**. Brasil, 2011.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Espaço, corpo do tempo: a construção geográfica das sociedades**. 1994. 239. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Geografia e Práxis. A presença do Espaço na teoria e na prática geográficas**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Oliveira, Leandro Dias de. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)**. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2011

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Águas doces no Brasil e no mundo. In REBOUÇAS, Aldo C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 2 Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.



RIBEIRO, Wagner da Costa. Geografia política da água. São Paulo: Annablume, 2008. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente).

SABESP– Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Relatório administrativo de 1999**, Governo do Estado de São Paulo, 2000.

SABESP– Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Relatório administrativo de 2000**, Governo do Estado de São Paulo, 2001.

SABESP– Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Relatório administrativo de 2001**, Governo do Estado de São Paulo, 2002.

SABESP– Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Relatório 20-RF**, Governo do Estado de São Paulo, 2002.

SABESP– Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Dossiê Institucional - Empresas de Saneamento em São Paulo**. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. São Paulo, 2008. Disponível:

165<http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/dossies/pdf/2_dossie_institucional_empresas_de_saneamento.pdf> Acesso: março de 2014.

SWYNGEDOUW, Erik. **Privatizando o H2O: transformando águas locais em dinheiro global**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.6, N.1/Maio, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

WORLD WATER COUNCIL. **World water vision. Making water everybody's business**. Earthscan Publications Ltd, London, 2000.

VARGAS, Marcelo C.; LIMA, Roberval F.. **Concessões privadas de saneamento no Brasil: bom negócio para quem?** Ambiente & Sociedade-Vol. VII, nº2 jul/dez. 2004.